

**ANÁLISE COMPARATIVA DOS CONCEITOS
ESPORTE EDUCACIONAL E ESPORTE DA ESCOLA**

**COMPARATIVE ANALYSES OF THE CONCEPTS OF
EDUCATIONAL SPORT AND SPORT OF SCHOOL**

**ANÁLISIS COMPARATIVO DE CONCEPTOS
DEPORTE EDUCATIVO Y DEPORTE DE LA ESCUELA**

RESUMO: Este trabalho executa uma análise comparativa dos termos “esporte educacional” e “esporte da escola”. De modo geral, ambos os conceitos podem ser tomados como equivalentes, todavia, enquanto o conceito de esporte educacional é usado em documentos legais como a Política Nacional de Esporte, o conceito de esporte da escola tem sido fundamental para intervenções pedagógicas pautadas em perspectivas crítica da Educação Física. O texto busca distinguir conceitos e suas ligações com a prática pedagógica e intervenções políticas no esporte.

Palavras-chave: esporte, educação física, conceito.

ABSTRACT: This work presents a comparative analyses of the concepts of “educational sport” and “sport of schools”. Both concepts can be taken as equivalents, but while the concept of educational sport is used in official documents like National Politcs of Sports (BRASIL, 2005), the concept of sport of schools has been fundamental to pedagogical intervention based in critic perspectives of Physical Education. The paper searches for a distinction between in both concepts and its consequences for pedagogical and political practice of sport.

Key-words: sport, physical educational, concept.

RESUMEN: En este trabajo se realiza un análisis comparativo de dos términos: “deporte educativo” y “deporte de la escuela”. A modo general, ambos conceptos pueden ser tomados como equivalentes, todavía, en cuanto el concepto de “deporte educativo” es usado en documentos legales como la Política Nacional de Deporte (BRASIL, 2005), el concepto de “deporte de la escuela” ha sido fundamental para intervenciones pedagógicas pautadas en las perspectivas críticas de la Educación Física. El texto busca distinguir conceptos y sus relaciones con la práctica pedagógica y las intervenciones políticas en el deporte.

Palabras-clave: deporte, educación física, concepto.

INTRODUÇÃO

A explicação histórico-crítica do texto procura indicar o sentido preciso do início das palavras, como eram entendidas no seu espaço e no seu momento temporal. Isto é bom e importante. No entanto – independentemente da certeza apenas relativa de tais reconstruções -, é importante ter presente que cada palavra humana, pelo seu próprio peso, já transporta em si mais do que aquilo que o autor no seu momento possa ter estado imediatamente consciente. Esta mais-valia interior da palavra, que transcende o seu momento, só alcança a sua validade a partir de palavras que foram amadurecidas no processo da história da fé. Aí o autor não fala simplesmente a partir de si mesmo nem para si mesmo. Ele fala a partir de uma história comum, que o transporta e na qual ao mesmo tempo estão presentes, já em surdina, as possibilidades do seu futuro, do seu mais vasto caminho.

Ratzinger (2007, p. 16)

Este trabalho executa uma análise comparativa dos conceitos esporte educacional e esporte da escola, ambos amplamente utilizados para designar críticas e possíveis relações entre esporte e educação. Para tanto, é realizada uma análise de cunho documental de publicações que se tornaram relevantes para uma compreensão mais acurada do tema aqui proposto. De modo superficial, os referidos conceitos podem ser tomados como sinônimos, já que defendem o esporte para além dos processos de exclusão dos menos aptos e selecionamento daqueles que possivelmente atingirão elevados níveis de rendimento. Todavia, para além de uma relação pouco conflituosa, “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992, p.136).

Segundo Koselleck (1992) o conceito em si não deve ser tomado como uma análise textual autônoma, e sim atrelado com a realidade social para uma compreensão histórica daquilo que se quer analisar. Um conceito representa a tentativa de pensar e agir sobre uma realidade, propondo novos comportamentos, valores e experiências concebidas por atores específicos. É preciso apreender as menções que o conceito representa para o social, como também o contexto e o local de origem onde foram utilizados. Para a criação de um conceito faz-se necessário que a palavra possua relevância social, que ela tenha um sentido capaz de gerar um conteúdo. As palavras precisam de reflexão e teorização para serem compreendidas, até se chegar a uma expressão que conote um significado e provoque mudanças para além de seu sentido inicial. Os conteúdos dos conceitos se modificam no decorrer do tempo, obtendo novos códigos e signos, ou seja, a maneira como são apreendidos e repetidos modificam-se e podem ter uma conotação diferente quando da sua criação.

A formulação de um conceito relaciona-se a uma situação concreta, sendo essencial que o conceito se torne algo aceito e relevante por e para uma gama de indivíduos, atingindo-os pela associação com outras palavras significativas e comuns. As experiências dos sujeitos possuem um sentido original a partir da realidade, mas que no decorrer do tempo tendem a ganhar novos sentidos e significados. Um conceito sugere sempre associações e “pressupõem um mínimo de sentido comum (*minimal Bedeutungsgehalt*) uma pré-aceitação de que se trata de palavras importantes e significativas” (KOSELLECK, 1992, p. 135).

Perante um conceito espera-se a mudança de comportamentos, o que faz da sua utilização uma ferramenta de possibilidades. Se, por um lado, o conceito de esporte educacional serve de referência para documentos legais como a Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2005), por outro, o conceito de esporte da escola foi ponto de partida para intervenções pedagógicas pautadas em perspectivas críticas da Educação Física,

particularmente a perspectiva crítico-superadora. O conceito de esporte educacional ganha força após a publicação de vários manifestos internacionais a partir da década de 1970; o esporte da escola, por sua vez, nasce da efervescência intelectual da Educação Física na década de 1980. Em ambos os casos, a divisão conceitual do esporte é fruto de projetos e intenções, cujas adjetivações sugerem novas posturas na concretização de propostas educativas. Adjetivações como esporte de rendimento, esporte de lazer, esporte de participação, etc. traduzem entendimentos acerca do sentido social das práticas esportivas e das contradições e polêmicas nas intervenções políticas e pedagógicas.

O CONCEITO DE ESPORTE EDUCACIONAL

O conceito de esporte educacional está relacionado com um momento de transição entre o uso político do esporte e o reconhecimento deste como um direito de todos, a par das ações que configuraram o desenvolvimento do *Welfare State*, após a década de 1950. De acordo com Gomes (2006), o Estado de Bem-Estar-Social se apresentou como uma forma de aliar o avanço das forças do mercado com uma relativa estabilidade social, por meio de uma estrutura de proteção social no interior da sociedade capitalista. Apesar de possuir características distintas de um país para outro, as ações para consolidá-lo fazem parte da proposta de expandir mercados e ampliar o consumo com apoio da própria classe trabalhadora, que se beneficiaria dos serviços sociais oferecidos pelo Estado.

Para Tubino (2010) o conceito de esporte educacional é fruto do modo como intelectuais e organismos internacionais de diversas áreas do conhecimento denunciaram o uso político-ideológico do esporte e avaliaram as exacerbações do alto rendimento. O esporte aparece em matérias de grandes organismos internacionais pontuando a necessidade de todos participarem de atividades físicas, não como uma obrigação, mas como um direito; a presença de um esporte que fomente a participação, ao invés da seleção dos mais aptos; a defesa das práticas esportivas como ferramenta de educação moral; o papel do Estado no fomento de atividades físicas e esportivas.

O documento pioneiro *Declaration on Sport*, lançado pelo Conselho Internacional de Educação Física e Esporte em 1964, sugere o esporte como uma ferramenta para lidar com problemas que as sociedades industriais enfrentam, como o trabalho monótono e fragmentado, o distanciamento da natureza causado pela expansão das áreas urbanas, o aumento das formas passivas de lazer, a velocidade de produção do conhecimento, a ampliação das atividades mentais em detrimento das atividades físicas, a crescente exploração dos recursos naturais, dos oceanos e das diversas regiões do mundo; desde que se reconheça que existe um esporte com sentido educacional e de lazer, diferenciado do esporte de alta competição.

O Manifesto Mundial da Educação Física, da Federação Internacional de Educação Física (FIEP), descreve o desporto de competição seletiva e o desporto-espetáculo como marcados por severa competição, treinamento rigoroso, preocupação primordial com a vitória, fraude e doping. Os modelos desportivos até então tiveram como consequência uma “subestimação, e até um desconhecimento da Educação Física de base, que deve incluir certas formas de desporto e que deverá tornar-se uma realidade na Escola se, de fato, se quiser formar solidamente o homem – e o verdadeiro desportista – de amanhã” (FIEP, 1970, p.2).

A Carta Europeia de Desporto para Todos, definidos pela Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pelo Desporto, quando da sua primeira reunião em 1975, expõe a importância de universalizar o esporte para cada indivíduo. No primeiro artigo destaca: “Todos têm direito à prática do desporto”; no segundo defende que “a promoção do desporto, como fator importante do desenvolvimento humano, deve ser incentivada e devidamente sustentada por fundos públicos”, ou seja, exige-se que o Estado intervenha no que concerne à destinação de verbas para o sistema esportivo com o intuito de possibilitar o acesso de todos

os indivíduos. No artigo 5º, os valores sociais e educativos são evidenciados no esporte quando os responsáveis tomarem “medidas que protejam o Desporto e os desportistas de qualquer tipo de exploração com fins políticos, comerciais ou econômicos e de práticas abusivas aviltantes, inclusive o uso de drogas”.

A Carta Internacional de Educação Física e do Desporto da UNESCO (1978) buscam solucionar a crise dos valores esportivos por meio da defesa de um desporto de cunho educacional, o que faz com que o esporte sofra transformações em sua legitimidade pedagógica:

Reconhecendo que a educação física e o desporto devem reforçar a sua acção formativa e promover os valores humanos fundamentais indispensáveis ao pleno desenvolvimento dos povos, salientando que, neste sentido, a educação física e o desporto devem aspirar a promover a relação entre os povos e os indivíduos, e bem ainda, a competição desinteressada, a solidariedade e a fraternidade, o respeito e a compreensão mútua e o reconhecimento da integridade e dignidade das pessoas humanas (UNESCO,1978, p. 01).

Destaca-se a aliança com a educação física para o desenvolvimento do esporte com características educacionais. A educação física deve constar nos sistemas educativos por promoverem o desenvolvimento de um conjunto de aptidões (físicas, intelectuais e morais) que beneficiam a vida em sociedade. Por apresentar preocupações para com a coletividade, a relação entre esporte e educação é tomada como prática de educação moral, inserida em projetos para preservar valores éticos e evitar o doping e a violência.

O desporto de alta competição e o desporto praticado por todos devem ser protegidos de todos os desvios. As sérias ameaças que pairam sobre os valores éticos, a sua imagem e o seu prestígio, fenômenos tais como a violência, a dopagem e os excessos comerciais, deformam sua intrínseca natureza e alteram a sua função pedagógica e sanitária. As autoridades públicas, as associações desportivas voluntárias, as organizações não governamentais especializadas, o Movimento Olímpico, os educadores, os pais, os clubes de adeptos desportivos, os treinadores, os quadros desportivos e os próprios praticantes devem esforçar-se por erradicar estes flagelos (UNESCO, 1978, p.4-5).

A divisão conceitual do esporte em educação, participação e performance é estratégia para reorganizar institucionalmente as práticas esportivas, de modo a garantir seu acesso para todos, e não apenas para um seleto grupo de atletas. Tal objetivo é defendido como estratégia para massificar a atividade física, sem uma formalização excessiva ou ênfase na competição e no rendimento. No Brasil, o movimento ‘Esporte para Todos’ (EPT) pode ser tomado como a principal manifestação desse intento: a proposta de melhorar a aptidão física do povo brasileiro indicou ações no desporto como um recurso para promover a participação maciça da população, agora reconhecida como possuidora de particularidades.

Ampliado no governo Ernesto Geisel (1974-1979), o movimento Esporte para Todos fez parte de ações para restaurar algumas liberdades civis mínimas, não com o intuito de democratizar a sociedade, mas sim de dar segurança ao regime que constantemente passava por crises no arranjo institucional. Essa concepção permitiu que o EPT fizesse uma proposta de democratização da prática de atividades físicas em um momento quando a própria democracia não era meta. Tendo suas origens formais no movimento norueguês TRIM, o ‘Esporte para Todos’ (EPT) foi um incentivo à prática esportiva em locais variados, como praças, parques, jardins, ruas, campos, etc.

Com a perspectiva de envolver um maior número possível de praticantes, as ações eram pautadas em dez tópicos: lazer, saúde, desenvolvimento comunitário, integração social, civismo, humanização das cidades, valorização da natureza, adesão à prática esportiva, adesão

ao esporte organizado e valorização do serviço à comunidade. Por defender que as práticas esportivas sejam pensadas a partir de indivíduos com características e necessidades próprias -os grupos sociais naturais (indivíduo, família, pequeno grupo, grupo comunitário e grande grupo) - as atividades do EPT são as que se ajustavam às peculiaridades de cada um (hábitos, onde se situam, como se locomovem, onde podem se aglutinar etc.) (PEREIRA DA COSTA, 1981, p. 11). O EPT se apresentou como um Movimento contra os excessos do esporte de rendimento, cuja ênfase na competição apresentava empecilhos para pessoas comuns se envolverem com atividades físicas. Apesar de ser comumente interpretado como um discurso ideológico a serviço da despolitização das massas (CAVALCANTI, 1984), o movimento Esporte para Todos pode ser visto como um empreendimento para o posterior reconhecimento do esporte como um direito social.

Com a derrocada da ditadura militar, o que temos é um enfraquecimento das propostas que defendiam o esporte como estratégia de educação cívica, em função de objetivos que ligavam a participação esportiva como referendada por conceitos como cidadania, democracia e superação da desigualdade social. Melo (2005) discute que entre a promulgação da Constituição de 1988 e a Política Nacional de Esporte (PNE) (BRASIL, 2005) temos um conjunto de políticas para fortalecer projetos sociais ou programas de iniciação esportiva para crianças e adolescentes pobres. Pela defesa de um esporte social, fundações empresariais ou de esportistas, ONG's e associações consubstanciaram uma relação entre esporte e inclusão social pelo uso de conceitos como cidadania, democracia, formação integral e melhoria da educação e qualidade de vida. A PNE assume a função do Estado em fomentar práticas esportivas como estratégia para combater a exclusão e vulnerabilidade social.

No Brasil, a Lei nº 9.615/98, conhecida como Lei Pelé, o desporto educacional é conceituado como aquele “praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer”. A divisão conceitual nas dimensões educacional, de rendimento e participação é apresentada como uma estratégia para efetivar o esporte como um direito social, assim como aparece na Constituição Brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

A singularidade desse processo está no reconhecimento da nação brasileira como marcada pela desigualdade social. Como grande parte da população, principalmente as camadas mais carentes, não tem acesso às práticas esportivas e, portanto, permanecem à margem deste “poderoso instrumento de inclusão social” (BRASIL, 2005, p. 28), a PNE considera fundamental que o poder público execute ações capazes de atuar diretamente com as parcelas mais carentes da população. Para permitir o acesso ao conhecimento, à cultura e ao desenvolvimento de valores como autoestima, confiança e tolerância, o esporte deve ter como meta o combate a todas as formas de discriminação e o enfretamento de qualquer tipo de preconceito como as de classe, raça, gênero, necessidades especiais e deficiência.

Ao assumirem o esporte como um direito social, com seus desdobramentos nos conceitos de cidadania e democracia, a PNE justifica a tarefa de promover a prática esportiva como um dos componentes da cidadania. Tais aspectos vinculam o esporte ao conjunto de direitos civis, políticos e sociais (direito à educação, à saúde, ao trabalho e moradia, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância e à assistência aos desamparados), de modo a empreender ações que garantam o acesso às atividades esportivas como direito de cada um e dever do Estado.

Como a intervenção econômica não necessariamente induz à melhoria dos índices sociais, pois pode ser fator agravante das desigualdades, o esporte educacional, de rendimento e participação são apresentados como conexos com políticas públicas capazes de remodelar

áreas como saúde, educação, segurança pública, habitação, lazer etc. Com o empréstimo do conceito utilizado por Yúdice (2004) – a cultura a serviço da justiça social – para designar as modificações no entendimento da cultura como força política e econômica, é possível fazer uma alusão e construir a expressão “o esporte a serviço da justiça social”, ou seja, o uso do esporte nas suas distintas dimensões como ferramenta para o desenvolvimento econômico e como estratégia para combater a exclusão e a desigualdade social. De certa forma, o conceito de esporte educacional serve como referência para as ações que conectam a proposta de superação da desigualdade social e a efetivação do esporte como um direito social.

CONCEITO DE ESPORTE DA ESCOLA

Seria interessante indagar em qual momento e sob quais condições houve certa consciência de que havia um esporte de rendimento, ou que existem situações esportivas em que a preocupação com o aumento do desempenho avança sobre quaisquer outras possibilidades de participação. Bracht (1992) adverte que o esporte não se desenvolveu sem gerar críticas, as quais contrastam com uma aparente unanimidade social que ele atualmente possui. A modernização do esporte no decorrer do século XX também foi marcada por recorrentes manifestações de trabalhadores contrários ao esporte burguês, pela denúncia do esporte como espaço apolítico da vida, como um fenômeno de manipulação, reprodução, dominação e compensação de injustiças sociais.

Na década de 1970 uma discussão acerca do sentido educativo do esporte já estava consolidada. Taborda de Oliveira (2003) analisa o debate nos anos 70 acerca do papel do esporte na Educação Física escolar: enquanto uma primeira tendência – denominada de dogmática – preocupava-se com a formação humana por meio das atividades corporais; outra – a pragmática – tendia a ver a Educação Física como um meio para o trabalho de base para o esporte de rendimento. Os defensores da linha dogmática afirmavam que a competição e a exacerbação do rendimento eclipsavam a dimensão educativa do esporte, sendo necessário não apenas assumir as contribuições do esporte para a educação, mas também repensar os princípios para que ele possa efetivamente se tornar uma atividade educativa.

Numa conclusão posterior, Bracht (1992) sugere a relação entre esporte e educação como inserida no contexto da reprodução e manutenção da economia de mercado, fazendo com que a afirmação de que o esporte educa paute-se na defesa do respeito incondicional às regras, no ensino da vitória e da derrota, no respeito às autoridades e no valor da competição como condição necessária em uma sociedade focada na concorrência e na disputa. O esporte seria um instrumento para a reprodução das desigualdades sociais e abrandamento das contradições e conflitos produzidos pela sociedade capitalista. Ao tratar das questões escolares é necessário fazer a correlação entre a educação e os direcionamentos desta na sociedade como um todo. Assim, para Saviani (2009), a educação pode servir para a formação de indivíduos tecnicamente eficientes para a reprodução das estruturas sociais, como também pode se tornar um componente de luta contra as formas de dominação e manutenção da desigualdade social.

O conceito de esporte da escola está diretamente relacionado com o movimento renovador da Educação Física na década de 1980, e suas críticas acerca de uma suposta neutralidade do esporte diante de problemas sociais. Até então, o discurso da área era primado pela imparcialidade das atividades físicas, como se estas não possuíssem implicações políticas e ideológicas. Na Educação Física, a década de 1980 foi caracterizada pela autocrítica e crítica social, fruto de um aumento da produção teórica da área e referenciada por discussões e diálogos com disciplinas das ciências humanas. De acordo com Oliveira (2005, p. 17) “percebe-se que a Educação Física brasileira dos anos 80 deu um salto qualitativo não

somente em relação só a sua prática, mas também quanto aos seus pressupostos teóricos, dialeticamente produzidos e responsáveis pela superação dessa prática”.

O caráter higienista, militarista, biologicista e psico-pedagogizante da Educação Física foi denunciado como propulsor de uma pedagogia consensual, uma forma de controle da população para impedir transformações estruturais da sociedade. A pedagogia do consenso se apresentou como uma máscara em torno da luta de classes, uma tentativa de não veiculação dos problemas sociais e por uma perda dos ideais de debate e crítica. Como contrapartida, emergiu uma pedagogia do conflito que denunciava o imobilismo, contestava o estabelecido e propunha uma prática pedagógica transformadora (OLIVEIRA, 2005).

No âmbito da Educação Física havia uma similaridade entre professor e treinador, aluno e atleta, aula e sessão de treinamento. As aulas de Educação Física eram vistas como uma extensão da instituição esportiva, o que fazia da escola mais um clube do que uma instituição com fins educativos. Todavia, para Ghiraldelli Junior (2001), a redefinição do papel dos professores de Educação Física perpassou pelo reconhecimento desses como agentes culturais, a par dos desafios que envolvem a relação entre o movimento corporal e movimento social.

Assim, à medida que o profissional da Educação Física introjeta determinados padrões culturais no movimento humano, colabora para que o conceito de “essência humana” como “o conjunto das relações sociais” (Marx, 1981, p. 105) chegue ao seu grau mais alto de veracidade. E estabelecer que o homem é o conjunto das relações sociais, e que tais relações descem ao nível do movimento e da postural corporal, implica considerar que também os conflitos inerentes às relações sociais se apoderam do movimento humano! (GHIRALDELLI JUNIOR, 2001, p. 54).

A ausência de autonomia pedagógica da Educação Física promoveu para Bracht (1992) a subordinação de sua prática aos códigos da instituição esportiva e a consequente produção de um esporte na escola, isto é, uma relação entre esporte e educação pautada no rendimento atlético-esportivo, competição, comparação de rendimento e records, regulamentação rígida, sucesso esportivo, racionalização de meios e técnicas, os quais são também códigos da ideologia capitalista. De modo similar, os valores educativos do esporte (conviver com a derrota e com a vitória, respeitar as regras, ensinar a vencer no jogo e na vida através do esforço pessoal, ensinar a competir, respeito aos árbitros e autoridades) internalizam normas de comportamento adequados para uma economia de mercado.

Por outro lado, já que Educação Física é educação, as manifestações do movimento corporal devem ser pedagogizadas para a construção de um esporte da escola. Nesse sentido, “a educação Física em se realizando na instituição educacional, presume-se, assume o estatuto de atividade pedagógica e como tal, incorpora-se aos códigos e funções da própria escola” (BRACHT, 1992, p. 17). Para que o esporte seja trabalhado com intenções educativas é necessário que se faça uma reflexão sobre a autonomia/identidade e a legitimidade da Educação Física, para com isto realizar uma transformação da lógica esportiva em direção à um esporte “da” escola.

A crítica é direcionada não ao esporte em si, mas para a esportivização da Educação Física, isto é, para “uma mentalidade esportiva prevalecente na escola, responsável por concebê-la como uma instituição privilegiada para servir de lócus aos objetivos próprios à instituição esportiva (em última instância, a otimização do rendimento físico-esportivo)” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 43). Em momento posterior, a perspectiva crítico-superadora utilizou o referido conceito nos seguintes termos:

O esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômenos que envolvem códigos, sentidos e significados da sociedade que cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus

variados aspectos, para determinar a forma em que deve ser abordado pedagogicamente no sentido do esporte “da” escola e não como esporte “na” escola (SOARES et al, 1992, p. 70).

O conceito esporte da escola foi criado tanto como instrumento de crítica para o esporte de rendimento, quanto para a ausência de sua legitimidade e autonomia pedagógica da Educação Física no currículo escolar. A ausência de autonomia da Educação Física em relação ao sistema esportivo descaracteriza a própria escola como local para aquisição de saberes acumulados e para a formação dos estudantes a partir de princípios democráticos e cidadãos.

Qual a relação a ser estabelecida entre o esporte da escola e as práticas de rendimento esportivo? Com o intuito de avançar sobre essa questão, Vago (1996) situa o esporte da escola numa tensão permanente entre diversas culturas (escolar, midiática, política, econômica, religiosa, etc.). Ao se apresentar como conteúdo pedagógico, a escolarização do esporte ocorre por meio de problematizações e questionamentos, ocasionando uma cultura escolar de Educação Física que estabelece uma tensão permanente “entre uma prática de esporte produzida e acumulada historicamente e uma prática escolar de esporte” (VAGO, 1996, p. 10). As culturas que vem do exterior para o interior das escolas são confrontadas e questionadas com os valores e princípios condizentes com os objetivos e práticas da educação escolarizada, para a criação de uma cultura do esporte que seja ao mesmo uma cultura do esporte escolar. Com isto,

Afirma-se e defende-se aqui, portanto, a escola como um lugar de produção de cultura. Cabe-lhe, então, ao tratar do esporte, produzir outras possibilidades de se apropriar dele – é o processo de escolarização do esporte – e, com isso, influenciar a sociedade para conhecer e usufruir de outras possibilidades de se apropriar do esporte. Buscar uma tensão permanente entre o espaço social da escola e o espaço social mais amplo. É isso que caracteriza o movimento propositivo da escola em suas relações com outras práticas culturais da sociedade (VAGO, 1996, p.12).

O conceito de esporte da escola, portanto, se distancia do esporte de rendimento não para eliminá-lo, mas para problematizá-lo. O esporte da escola se torna uma estratégia crítica para a construção de uma forma escolar para o esporte que não se submeta aos ditames do sistema esportivo, pois busca dialogar sem se tornar subordinado aos códigos e princípios que se tornaram hegemônicos em uma sociedade esportivizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como foco a análise dos conceitos esporte educacional e esporte da escola. Ambos foram apresentados como indicadores para a crítica ao esporte de rendimento e das possíveis soluções pedagógicas para superar uma suposta crise dos valores esportivos. Quais diferenças podem ser apontadas sobre os conceitos aqui estudados?

O esporte educacional é uma deliberada proposta de educação moral, sem necessariamente conduzir para uma crítica à sociedade em que as práticas esportivas estão inseridas. Tal conceito está ligado com a reivindicação de organismos internacionais para o reconhecimento do esporte como um direito de todos, sendo sua dimensão jurídica ancorada nas pautas que defendem ações do Estado para fomentar o esporte, nas dimensões educacional, de rendimento e participação. Sua apreensão se tornou uma ferramenta de organização executiva das políticas para o esporte, o que justifica, por exemplo, a existência no interior do Ministério do Esporte de uma Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

A escola se mantém como um lócus privilegiado para a detecção e formação de atletas, o que permitiu ao Ministério da Educação lançar em 2013 o programa Atleta na Escola, cujo

objetivo é o de democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da Educação Básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. O conceito de esporte educacional utiliza sem constringimentos ou problematizações conceitos como cidadania, moralidade, ética, inclusão social, diversidade, democracia e justiça social.

O esporte da escola, por sua vez, possui como referência a instituição escolar e as aulas de Educação Física, numa tentativa de não subordinação aos ditames do sistema esportivo. O esporte da escola é uma deliberada tentativa de dar legitimidade para a Educação Física nos currículos escolares e ir além de uma prática pedagógica focada na aprendizagem de técnicas e táticas esportivas e desenvolvimento da aptidão física. As aulas seguem na direção de uma problematização acerca da inserção do esporte na sociedade e sua relação com questões sociopolíticas com as de classe, raça, gênero, condição física, distribuição de solo urbano e rural, discriminação e preconceitos, etc.

Um entendimento rígido da relação entre esporte e educação por meio do conceito de esporte da escola pode ter gerado alguns equívocos, principalmente quando se compreende o esporte de rendimento como um modelo antagônico para construir um esporte da escola. Bracht (2000) lista os equívocos mais comuns: 1) quem critica o esporte é contra o esporte; (2) tratar criticamente o esporte é ser contra a técnica esportiva; (3) oposição esporte de rendimento e ludicidade; (4) tratar criticamente o esporte na escola significa substituir o movimento a favor da reflexão. Ainda na década de 1980, Carmo (1998) já identificava alguns problemas ou consequências para as apropriações equivocadas das críticas ao esporte:

Enfim, em nome da ‘falsa’ pretensão de eliminar o caráter competitivo, técnico e condicionante dos treinamentos e da performance, comuns aos esportes, a grande maioria dos professores de Educação Física por não disporem de outros conteúdos, diferentes dos esportes – voleibol, basquete, etc. – e, em nome da ‘integração social’, ‘da saúde, da socialização’, da ingênua concepção humanista moderna – tendência escolanovista – modificam as regras, fundamentos e técnicas, modificações estas que somente são aceitas nos limites de sua quadra ou espaço de trabalho, como se o mundo dos homens e limitasse a sua pequena quadra. Acredita, ainda que, por possibilitar aos alunos criarem regras diferentes das já legitimadas mundialmente nos diferentes esportes, estão ‘atendendo’ e respeitando as necessidades e interesses dos alunos. [...] Isto para nós significa, no fundo, o mesmo que segregar conhecimentos. Segregam porque dar ou não um determinado esporte é livre opção do professor. Se ele optou em trabalhar com o voleibol, por exemplo, ele tem a obrigação de fazer da melhor forma possível e de acordo com o que existe de mais moderno e avançado em termos de técnica e fundamentos. O que ele não deve é ‘fazer de conta’ e dar uma espécie de Voleibol sem regras, sem técnica, sem a presença do conhecimento sistematizado deste esporte. Se quiser fazer isto chame isto de outra coisa, menos de Voleibol (CARMO, 1988, p. 15).

O contexto teórico que fundamenta o conceito de esporte da escola busca refinar as críticas ao esporte, apontando quais são seus problemas e suas possibilidades educativas. As dúvidas pairam sobre como pedagogizar o esporte que não se submeta aos ditames do sistema esportivo, ao mesmo tempo em que não promova uma desconfiguração das peculiaridades do esporte como fenômeno social e produção cultural. Para o esporte da escola há uma dificuldade em reconhecer as técnicas e táticas esportivas, o treinamento contínuo em busca do aumento dos níveis de rendimento, a participação em torneios e campeonatos, a proposta de educação moral e formação de valores, como características do próprio esporte, e não uma manifestação exclusiva do rendimento.

De qualquer forma, tanto o conceito de esporte da escola como o de esporte educacional são ricos em possibilidades, abertos não apenas de significados, mas também de conteúdos que justifiquem a presença do esporte nas práticas escolares.

REFERÊNCIAS

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Revista Movimento**, Porto Alegre, ano VI, n.º 12, p. XIV-XXIV, 2000.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Resolução n.º 5 de 14 de junho 2005.

CARMO, A. A. Educação física e a nova lei de diretrizes e bases da educação. **Revista Brasileira de Ciências de Esporte**, São Paulo, v. 10, n. 01, p. 10-18, 1988.

CARTA EURÓPEIA DE DESPORTOS PARA TODOS. In COSTA, L.P. **Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa**. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1945>. Acessado em: 8 set. 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. Edições Loyola, São Paulo, 2001.

GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 02, p. 201-236, mar./abril. 2006.

MANIFESTO Mundial de Educação Física de 1970. Disponível no site: <http://cev.org.br/biblioteca/manifesto-mundial-educacao-fisica-1970/>. Acessado em: 2 nov. 2011.

OLIVEIRA, V. M. **Consenso e Conflito da Educação Física brasileira**. Campinas: Papius, 2005.

RATZINGER, J. **Jesus de Nazaré: do bati o Jordão à transfiguração**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 41. ed. revisada. Campinas, SP: Autores associados, 2009.

SOARES et al. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

UNESCO. **Carta Internacional de Educação Física e do Desporto da Unesco**. 1978. Disponível no site: www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/jmm_MA_8231.pdf. Acessado em 04/11/2011.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil:** entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

VAGO, T. M. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente – um diálogo com Valter Bracht. **Revista Movimento**, Porto Alegre, n. 5, 1996.

YUDICE, G. **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.